

*Ata da 39ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 6 de agosto de 2019.*

Presidência do Senhor Deputado Nelson Leal. Às 10h46 o Sr. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão para a **apresentação do relatório das barragens visitadas na Bahia pela Comissão do Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos**, proposta pelo Deputado José de Arimateia. Compuseram a Mesa dos trabalhos os Srs: Deputado José de Arimateia; Maria Quitéria, Coordenadora de Segurança de Barragens do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema); Lucas Maciel Lobão Vieira, Coordenador do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs/BA); Marcus Machado, Diretor de Fiscalização do Inema; Gilvan dos Santos Lima, Diretor de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos da Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb); Larissa Cayres, Especialista em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente (Sema); Lúcio Landim, Supervisor de Segurança de Barragem da Embasa; Demóstenes Carvalho, Diretor de Operações da Cetrel, representando o Presidente Luís Mário Chaves; Juliano Barbosa dos Santos, Chefe de Segurança das Barragens de Mineração da Bahia; Moisés Borges, Coordenador Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Emílio de Souza Santos, Coordenador do Grupo de Segurança de Barragens da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); e Luciana Cury, Promotora de Justiça. Após a execução do Hino Nacional, o Deputado José de Arimateia apresentou um relatório detalhado sobre a situação das barragens baianas com risco de rompimento, de acordo com dados da Agência Nacional das Águas (ANA). Explicou a classificação das barragens pelo nível de risco de rompimento e comentou as visitas feitas a cada uma, elencando a equipe visitante, os problemas detectados e as soluções técnicas aplicáveis. Ressaltou que, das 13 barragens vistoriadas, apenas três tiveram a manutenção adequada e que a Barragem de Araci apresenta possibilidade de rompimento caso ocorram fortes chuvas na região. Destacou a importância da elaboração dos Planos Municipais de Saneamento e dos Planos de Contingência e Ajuda Mútua em caso de catástrofes. Defendeu a criação de lei que determine percentual destinado tanto à segurança das barragens quanto à qualidade dos recursos hídricos. O Sr. Lúcio Landim parabenizou o Inema como agente fiscalizador da Lei de Segurança de Barragens e destacou a importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento da economia nacional. Defendeu a regularidade das inspeções das barragens e disse que a Embasa já tem plano de ação emergencial e plano de segurança de barragens. Informou que a Empresa está implementando o sistema de alerta da Barragem de Pituçu e ressaltou a importância de se discutir a segurança das barragens. O Sr. Lucas Lobão discordou de algumas

informações prestadas pelo Dnocs de Fortaleza, afirmando que não há na Bahia barragem administrada por esta Instituição com risco de rompimento e que as quatro barragens apontadas no relatório da ANA serão recuperadas ainda em 2019. O Sr. Marcus Machado discorreu sobre as atribuições do Inema, esclarecendo que fiscaliza tanto as barragens de água quanto as de rejeitos de mineração, contudo afirmou que o relatório de segurança das barragens de rejeitos é atribuição da Agência Nacional de Mineração. A Sra. Maria Quitéria informou que há outros órgãos fiscalizadores de barragens além do Inema. Ressaltou a importância do relatório da ANA, mas lembrou que a publicação tem defasagem de um ano e que neste ínterim o Inema já atuou para a solução de problemas relatados. Disse que os empreendedores são responsáveis tanto pela definição do nível de perigo das barragens, quanto pelos dados constantes no relatório da ANA. A Sra. Larissa Cayres disse que a segurança das barragens necessita do envolvimento de toda a sociedade e afirmou que a Sema está satisfeita com o trabalho desenvolvido pela Assembleia Legislativa. Finalizou registrando a preocupação da Secretaria com as pequenas barragens que não têm a fiscalização de segurança abrangida pela legislação em vigor. O Sr. Moisés Borges defendeu o fortalecimento tanto dos órgãos envolvidos na segurança das barragens, quanto das políticas de proteção aos atingidos pelos rompimentos de barragens e solicitou a votação do projeto de lei de autoria do Deputado Marcelino Galo que trata da política estadual de direitos dos atingidos por barragens. O Sr. Juliano Santos informou que a Agência Nacional de Mineração é o órgão responsável por fiscalizar a segurança das barragens de mineração. Registrou que, na Bahia, em torno de 16 barragens de rejeitos de mineração estão inclusas na política nacional de segurança de barragens, sendo que 70% destas foram fiscalizadas. O Sr. Gilvan Lima disse que a Cerb opera 27 barragens na Bahia e que três constam no relatório da ANA: Afligidos, Cipó e Apertado. Informou que a Companhia já licitou as intervenções necessárias para a manutenção destas três barragens e destacou o comprometimento do Governo Estadual com a segurança das barragens baianas, elencando os investimentos feitos na área. O Sr. Emílio Santos demonstrou satisfação com o fato de o relatório apresentado na Sessão apontar a realidade da Barragem de Zabumbão, em contraposição ao relatório da ANA, que tem defasagem de um ano, comentando as ações adotadas na referida barragem. O Sr. Demóstenes Carvalho lamentou que tragédias como as de Mariana e Brumadinho tenham ocorrido para que a questão da segurança das barragens fosse tratada com a devida importância. Discorreu sobre a capacitação de funcionários na área de segurança dentro da Cetrel e acerca das medidas adotadas para a recuperação da Barragem RS1. A Sra. Luciana Cury destacou a importância de não se desprezar os riscos dos empreendimentos, prezando pela precaução e prevenção. Disse que o Ministério Público da Bahia, em conjunto com o Ministério Público Federal, criou um grupo de trabalho para o mapeamento das barragens com riscos e informou que os dados coletados junto aos órgãos fiscalizadores serão disponibilizados à sociedade. Comentou a situação do Município de Pedro Alexandre, que ainda conta

com algumas barragens com risco de rompimento. Considerou necessária a exigência de licença ambiental também para as pequenas barragens em razão dos riscos envolvidos. Defendeu a capacitação técnica dos órgãos e o compartilhamento das informações entre eles como forma de otimizar as ações de segurança. Mostrou-se favorável à ampliação da defesa civil municipal e à implementação de políticas que garantam a efetiva segurança para os atingidos. Durante a Sessão, o Sr. Presidente, Deputado José de Arimateia, registrou a presença de diversas autoridades e representantes da sociedade civil e franqueou a palavra ao Vereador George Luís, Presidente da Câmara de Vereadores de Paramirim, que comentou o tema. Após a execução do Hino da Bahia, o Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e, às 13h02, declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –